

Situação sociolinguística do cárcere feminino: um dizer-grito emitido pelos olhos

Sociolinguistic situation of female prison: a cry-saying emitted by the eyes

Amanda Moreira Tavares¹

Universidade Federal de Goiás

Resumo: Além de todos os aprisionamentos e silenciamentos socio-ideológicos que perpassam os corpos femininos, e ainda mais os das mulheres negras, as presidiárias sofrem a criação de suas ausências, pelo espaço em que se encontram, por ser um local historicamente construído para concretizar o apagamento de sujeitos considerados fora da norma branco-eurofocêntrica. O objetivo deste artigo é valorizar, por meio de narrativas, a situação sociopolítico-linguística de mulheres aprisionadas, com ênfase no dizer-grito que é possível perceber em seus olhares. Por meio do paradigma indiciário, ao interpretar as narrativas, espera-se que seja possível perscrutar indícios e perceber os usos criativos que as autoras das narrativas fazem do espaço geo-político marcado em que se encontram, bem como os modos pelos quais elas se definem e se posicionam nesse espaço que repercute e institui desigualdades que a sociedade brasileira reproduz desde a colonização.

Palavras-chave: Corpos Femininos; Narrativas; Presídio; Resistência.

Abstract: In addition to all the socio-ideological imprisonments and silencing that pervade female bodies, and even more so those of black women, prisoners suffer the creation of their absences, due to the space in which they find themselves, as it is a place historically constructed to achieve erasure of subjects considered outside the white-Eurocentric norm. The objective of this article is to value, through narratives, the socio-political-linguistic situation of imprisoned women, with an emphasis on the shouting that can be seen in their eyes. Through the evidentiary paradigm, when interpreting the narratives, it is expected that it will be possible to examine evidence and perceive the creative uses that the authors of the narratives make of the marked geo-political space in which they find themselves, as well as the ways in which they define themselves and position themselves in this space that impacts and establishes inequalities that Brazilian society has reproduced since colonization.

Keywords: Female Bodies; Narratives; Presidio; Resistance.

Recebido em 14 de novembro de 2023.

Aprovado em 22 de julho de 2024.

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Email: amanda_moreira@discente.ufg.br

Introdução

O sistema moderno-colonial patriarcal-racista que constitui a civilização brasileira instituiu e repercurte/impõe até os dias atuais enquadramentos dicotômicos, que são diversos. Ressalto a dicotomia instaurada nos conceitos sobre a constituição do feminino e do masculino. Cabe destacar que “o gênero é uma imposição colonial” (LUGONES, 2014, p. 941) e que “a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. É como se ela se pusesse se opondo, fosse o outro do homem, aquela que não é homem” (RIBEIRO, 2019, p. 34). O homem está posicionado à direita, pois é bom, adequado e superior, a mulher à esquerda por ser inferiorizada, objetificada, submissa, silenciada e necessitar de disciplinarização.

A inferiorização do corpo feminino é evidente desde as colonizações europeias, ocorridas a partir do século XV, na exploração de terras americanas (do Norte, Central e do Sul), que eram colocadas como objeto reprodutivo, bem como na “caça as bruxas” que introduziu “nos códigos legais europeus sanções severas destinadas a castigar mulheres consideradas culpadas de crimes reprodutivos” (FEDERICI, 2017, p. 170). No decorrer dos anos foram criados outros modos de inferiorização do corpo feminino: pela não inclusão, por muitos anos, à diversos direitos; pela desvalorização no mercado de trabalho; pela invisibilidade do trabalho que realizam em casa com veemência e constância.

Sempre e até os dias atuais o corpo feminino é objetificado, e ainda mais o corpo feminino negro. “Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas”. (GONZALEZ, 1988, p. 142). Os corpos de mulheres negras e pobres que, de acordo com a norma branco-eurofocêntrica, estão destoados do padrão e devem ser retirados da sociedade para higienizá-la e limpá-la.

A maioria dos/as encarcerados/as no Brasil são negros/as e pobres (BRASIL, 2022), ocorre nesse espaço a perpetuação dos valores e práticas escravocratas. O presídio é um espaço de construção de ausências, de modo que a episteme, que é o corpo dotado de saberes, que cada pessoa possui é silenciada, gerando assim, o *geo-ontoepistemicídio* - o espaço que exclui/desconsidera/aniquila os saberes dos corpos que ali se encontram.

Quando alguém é aprisionado, o seu corpo-espaço passa a estar dentro da normatização epistêmica do Estado, tornando-se assim assujeitado/a àquilo que está ditado como regra a seguir dentro do estabelecimento prisional. Esse saber/poder do Estado institui aos indivíduos contrários à norma a necessidade de reeducação, justificando assim o aprisionamento.

Entretanto, cabe reconhecer que são “corpos sensíveis que afetam e são afetados pela trama completa de suas existências” (LIMA, 2020), todas as experiências perpassam pelo corpo. Apesar de todo o aparato de imposição criado para dominar, há corpos em posições e ações de desobediência e resistência. Resistem e desobedecem com o corpo, com os saberes constituídos aquém de uma instituição escolar e até mesmo com o silêncio, a partir do local em que se encontram.

1. Partilhar de saberes - Metodologia

Este artigo conta com a participação de narrativas produzidas por mulheres em situação de aprisionamento. As narrativas são o cerne do artigo e trazem consigo muito mais do que está escrito e/ou dito. Há (d)enunciações (EVARISTO, 2007) expressas nos pormenores de suas palavras. Para bem perscrutar o que é dito nessas narrativas, farei uso do Paradigma Indiciário (GINZBURG, 1989) e assim interpretar, perceber e valorizar os significados expressos nas mesmas.

Ginzburg considera que para realizar o paradigma indiciário é preciso “examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados” (1989, p. 144), ou seja, analisar não somente as palavras, mas também quem escreveu ou falou, o contexto em que foram ditas ou escritas e todos os atos/fatos que possam influenciar ou estarem camuflados nos entremeios das palavras.

O acesso à essas narrativas se deu em minha pesquisa de doutorado que está em andamento. Para bem realizar a pesquisa, o projeto de tese foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás, de modo que a pesquisa conta com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das autoras, resguardando o preservar de suas identidades e fazendo uso de nomes fictícios, bem como a autorização da Direção da Unidade Prisional em que a pesquisa foi realizada.

A pesquisa de doutorado conta então com a participação em coautoria de narrativas de mulheres aprisionadas em uma Unidade Prisional do interior do Estado de

Goiás. O contato com as mulheres se deu através de rodas de conversa, que ocorreu conforme as determinações da direção da Unidade Prisional:

- Os 7 (sete) encontros foram às quartas-feiras, iniciando-se às 10:00 horas da manhã e encerrando às 11:00 horas – horário em que as celas eram abertas para que as presas pudessem ir para o pátio e “tomar banho de sol”.

Solicitei à direção que pudesse participar das rodas de conversa somente aquelas que se sentissem à vontade, e por isso foi sugerido que me encontrasse com elas nesse período de abertura das celas para o banho de sol. Havia um trânsito durante as rodas de conversa, pois era um momento que elas tinham para se locomoverem no pátio, comunicar com colegas de outras celas, etc. Participavam da roda de conversa e saíam, depois voltavam, às vezes traziam uma colega, outras vezes ficavam ali próximo à bigorna durante todo o tempo, outras só olhavam de longe, algumas deitadas em suas camas dentro das celas, também só observavam em silêncio.

- Meu acesso a elas se dava na bigorna – uma grade pintada de preto que vai do chão ao teto, que dá acesso ao corredor em que se encontram as celas. A bigorna sempre esteve trancada em todos os encontros – elas ficavam presas de lá em pé ou sentadas ao chão;
- A presença de um/a agente prisional armado era obrigatória por determinação da direção da Unidade Prisional – o/a qual sempre se posicionava atrás de mim e ficava a maior parte do tempo em silêncio.

Em meu pedido inicial para realizar a pesquisa solicitei o acesso a escritas realizadas pelas mulheres aprisionadas, de modo que levei folhas com e sem pautas e canetas e disse a elas que poderiam escrever ou desenhar o que quisessem. A direção poderia ler a escrita e depois me entregar. Infelizmente só tive acesso à um pacote de escritas das aprisionadas contendo 09 (nove) textos-narrativas, que foram escritas dentro das celas, na semana posterior ao primeiro encontro/roda de conversa.

Nos demais encontros continuei levando as folhas e deixando na recepção para que a direção entregasse às aprisionadas, para escreverem no momento que achassem oportuno, entretanto apesar de algumas vezes, no início, dizerem que havia entregue a elas e que me passaria mais escritas, nada disso foi feito. Durante as rodas de conversa sempre surgiam os questionamentos/afirmações: “Por que senhora não deixou mais folhas para a gente escrever?”; “Não sou muito de falar, gosto mesmo é de escrever!”; “Queria tanto terminar de escrever aquela história que comecei!”. E nesse impasse dizia a elas que

aquele espaço é muito burocrático e que a escrita delas havia sido inviabilizada, sendo assim, pedi a elas que quando se sentissem à vontade (o que era quase impossível, devido à todas circunstâncias de nossos encontros, relatadas anteriormente) contassem suas histórias e/ou o que tivessem vontade de dizer durante as rodas de conversa.

Sendo assim, minha pesquisa de doutorado conta com a coautoria das mulheres aprisionadas através das narrativas que foram emanadas em suas falas, gestos posicionamentos e olhares ocorridos durante as rodas de conversas e também com nove narrativas escritas que me foram entregues logo após o primeiro encontro.

Das diversas narrativas realizadas durante as rodas de conversa peguei emprestadas uma afirmação/questionamento e uma narrativa escrita para promover as discussões e inquietações que constituem este artigo, de modo a valorizar a situação sociopolítico-linguística das mulheres aprisionadas, que se constitui através de brechas construídas por elas diante de tamanha vigilância e imposições de silenciamento.

2. Quando sair daqui, irei te procurar para escrever um livro. Aí, posso dizer tudo que eu quiser, né?

Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é preto, a virtude é branca. Todos estes brancos reunidos, revólver nas mãos, não podem estar errados. Eu sou culpado. Não sei de quê, mas sinto que sou um miserável. (FANON, 2008, p. 125)

Ouvi a frase que intitula este tópico sair da voz baixa e reprimida de Helena, uma mulher aprisionada, que se encontrava sentada ao chão, trancada atrás da bigorna. Ela é uma mulher negra de aproximadamente 1,60m (um metro e sessenta) de altura, de cabelos cacheados e dizer acanhado, suas palavras e olhares com frequência expressam tristeza e arrependimento. Estar trancada pela bigorna a faz ser silenciada pela presença-olhar do/a agente prisional que sempre esteve atrás de mim, segurando uma arma (presença determinada pela direção da Unidade Prisional).

A mulher negra, aprisionada não é ouvida e não pode dizer, a ela é instituída a situação de inexistência, pelo silenciamento imposto de diversos modos: por meio da voz da diretora da Unidade Prisional que diz “vocês sabem o que podem dizer!” antes mesmo de que elas iniciem o pronunciar de qualquer palavra; pelo olhar vigilante do/a agente prisional que está sempre presente para ouvir o que irão dizer; pelo corpo-presença fardado e armado, que reafirma e institui que estão em um local/estado de submissão.

Ter contato com existências socio-político-historicamente esquecidas, aniquiladas, silenciadas, me faz repensar e reestruturar meu olhar para o que seja humanidade, e até quando o *ser humano* é realmente reconhecido como tal. Corpos de mulheres aprisionadas, ou melhor, olhares de mulheres aprisionadas – de maioria negra e pobre (BRASIL, 2022) – em situação de grande repressão e silenciamento expressam resistências e reexistências e clamam por serem vistas e recolocadas em situação de humanidade (já que foram retiradas dessa condição). É que a posição delas é de não-humanidade, não-existência. Seus olhares narram muita dor, sofrimento, angústia, apagamento, saudades, arrependimento, torturas. São seus olhares que dizem, pois a voz, a escrita, o gesto são vigiados. E como tenho percebido na tese – que estou redigindo em coautoria com essas mulheres – há um dizer-grito que é emanado pelos olhos dessas mulheres e que demarca suas existências.

Antes de iniciar a fala, o olhar dessas mulheres é sempre direcionado primeiro à/ao agente prisional. Há uma certa autorização ou consentimento silente e ao mesmo tempo reafirmativo da frase “você sabem o que podem dizer!”. Ter o falar e o escrever vigiado faz com que a expressão dos olhares, em minha percepção, fiquem mais aguçados. Quando Helena afirma “vou te procurar quando sair daqui para escrever um livro”, já anuncia o silenciamento que a elas é imposto. Quando questiona “Ai, posso dizer **tudo** o que eu quiser?”, clama pelo desejo de narrar sem imposições de silenciamentos.

Eni Orlandi, vai dizer que “[...] o silêncio não fala. O silêncio *é*. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido *é*.” (2007, p. 31). O silêncio escolhido e pensado por quem narra é estratégico, mas o silêncio imposto é torturante, e institui inexistência, pois se eu não posso nem ao menos dizer o que quero e o que penso, quando desejo, o que é a minha existência diante de um controlar até mesmo de minha fala?

Balosa (2022) ao propor a Sociolinguística das Existências afirma a importância de salvaguardar as existências com suas pluralidades. É preciso então, reconhecer as pluralidades dos corpos, os trânsitos que realizam, as imposições às quais estão submetidas, o local em que se encontram, como afetam e são afetados pela linguagem, pela voz, pela escrita, pelo gesto, pelo olhar. E assim, desenvolver uma *Mentalidade Intercultural Existencial Sustentável*. Enfatizo que o “o trânsito das pessoas vai gerando modos de existência linguística” e que a linguagem “é um atributo essencial para a existência humana” (BALOSA, 2022).

A sustentabilidade existencial tem a ver com a manutenção da memória que está impressa na língua, no jeito de falar, nos modos de transmitir saberes etc., e para ser sustentável é preciso que seja preservada e respeitada. Entretanto, quando me deparo com a realidade das mulheres trancadas do outro lado da bigorna, percebo que há um outro modo que elas instituíram para sustentar suas existências: o olhar, o dizer-grito pelos olhos. Já que a fala e a escrita delas é vigiada e passível de punição.

Muitas vezes a preservação das existências só se dará por meio de resistências/brechas/rasuras, que vazam pelo sistema moderno-colonial patriarcal-racista que silencia/ofusca/apaga os saberes. É o que ocorre por meio dos olhares das mulheres aprisionadas, que não pode ser controlado pelo outro. O olhar que emana o dizer-grito, promove rasuras e resistência no/ao sistema moderno-colonial patriarcal-racista.

A interculturalidade é o reconhecimento da existência de diversas desigualdades instituídas com o colonialismo. Cabe acrescentar que,

A interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da própria diferença. Pelo contrário, e como defende Adolfo Albán, trata-se de um projeto que visa a re-existência e a própria vida, rumo a um “outro” imaginário e a um “outro” agenciamento da coexistência – do viver “com” - da sociedade. (WALSH, 2009, p. 10)

Nesse viés, é importante utilizar-se da *interculturalidade crítica*, que evidencia meios de enfrentamento ao colonialismo ainda perpetuado nos corpos. Sendo assim, interculturalidade crítica é enfrentamento! Ao evidenciar narrativas de mulheres aprisionadas, estou atenta ao fato de que o fim da escravidão colonialista só se deu de modo formal, mas essa se perpetua no corpo da mulher negra, principalmente daquelas que estão em situação de aprisionamento.

O corpo feminino negro está localizado como alvo principal do apagamento/silenciamento imposto pelo colonialismo. Lélia Gonzalez, ao falar sobre o lugar da mulher negra dentro do sistema moderno-colonial patriarcal-racista, afirma que:

[...] nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um *sistema ideológico de dominação* que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. (1988, p. 141)

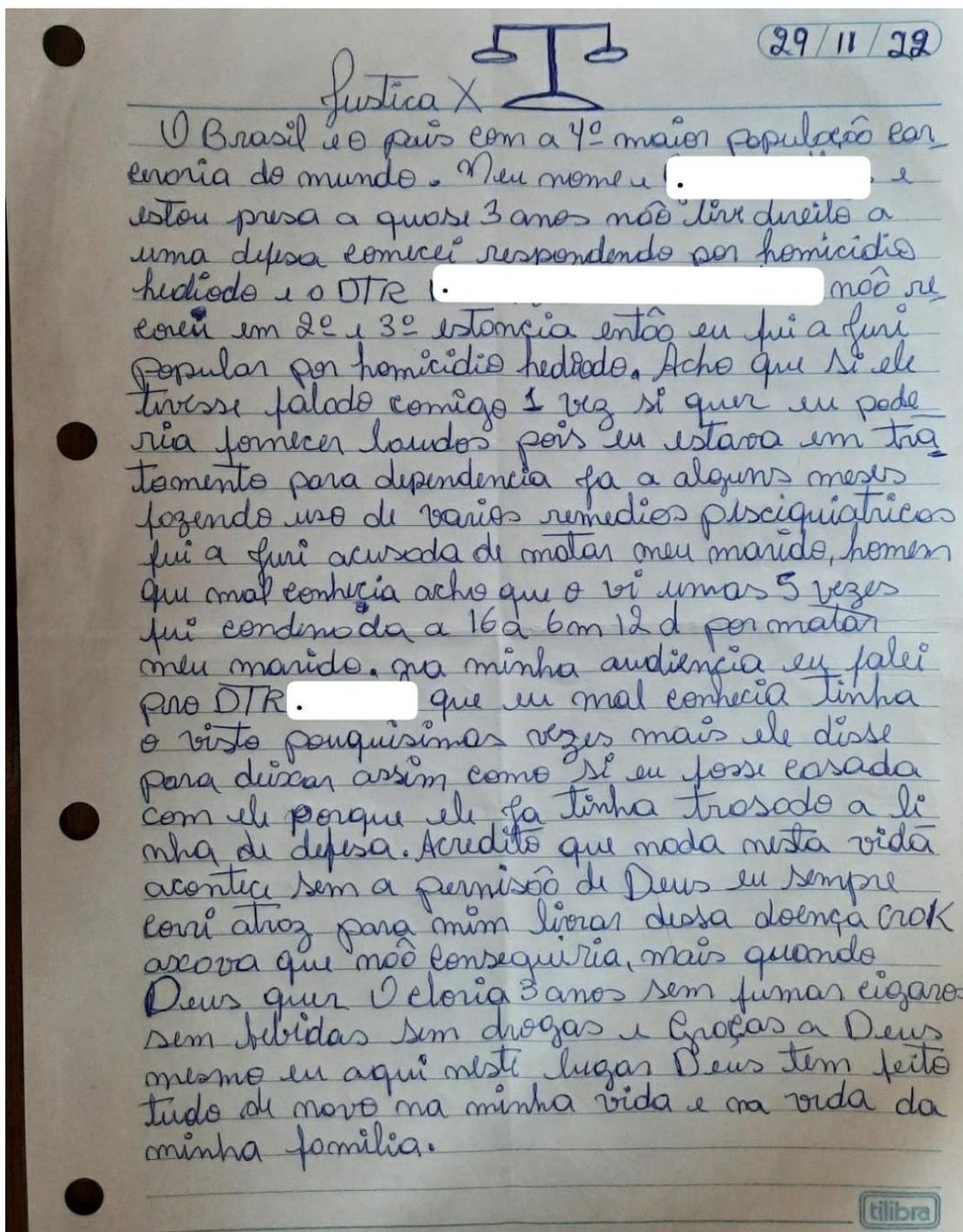
As mulheres aprisionadas, que estão posicionadas atrás da bigorna fazem uso de seus olhares para (d)enunciar (EVARISTO, 2007) tudo que é imposto a elas. Sendo assim, através desses corpos que é de maioria negra e frequentemente infantilizado e silenciado,

promovem o rompimento e a abertura de brechas de resistência, reafirmando e instituindo suas existências.

Sabe-se que “As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também pode reparar essa dignidade despedaçada”. (ADICHIE, 2019, p. 32) O mesmo ocorre quando Helena afirma que quer escrever um livro ao sair do aprisionamento, pois poderá dizer tudo o que quiser e assim ter sua existência e dignidade reparada.

3. Emanar do dizer-grito na/pela escrita restrita e vigiada

Figura 1. Narrativa escrita de Gláucia



Fonte: GLÁUCIA. *Justiça*. 2022

Conceição Evaristo, que concebeu/percebeu a Escrivivência, afirma que “a narrativa traz parte de uma memória dolorida. [...] Quando escrevo a memória da dor, não se trata de “mimimi”, não se trata de causar comiseração, se trata sim, de afirmar a nossa arte, a nossa potência, a nossa resistência, a nossa resiliência, o nosso quilombismo” (EVARISTO, 2020, p. 115). A narrativa de Gláucia emana marcas de revolta,

silenciamento e instituição de inexistência a seu corpo, pela não escuta de sua voz: “se ele tivesse falado comigo uma vez sequer (antes do julgamento)”.

Há de se considerar que “[...] o sistema penal brasileiro é produto de uma sociedade machista, racista e desigual, que mantém e reproduz os privilégios de uma minoria de homens brancos, burgueses que ocupam os espaços de poder.” (BOITEUX, *et. all.* 2018, p. 20). O advogado que diz “deixe assim, pois já tracei uma linha de defesa”, silencia e ignora o posicionamento e as inquietações de Gláucia. O que elucida o posicionar do corpo feminino como aquele que não possui conhecimento e está em um lugar que não lhe cabe.

Sem distanciar da noção de que o ambiente carcerário constrói ausências e silenciamentos, é imprescindível considerar o fato de que o corpo feminino é construído dentro de um aparato social regulador, ou seja, sofre repressões e enquadramentos desde o nascimento. Maria Lugones, ao promover discussões sobre descolonialidade feminista, ressalta que a opressão de mulheres subalternizadas se dá “através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo.” (2014, p. 941). Perspectivado sempre a partir do outro, que não é o homem, o corpo feminino que na concepção cristã fora retirado da costela masculina, sofre tais enquadramentos e domesticação a fim de estar sempre condizente com a imposição do lugar que ele deve ocupar na sociedade hegemônica branco-eurofalocêntrica.

Há uma ditadura social, historicamente constituída, que impõe ao corpo feminino modos de existir e como conceber essa existência. Nessa perspectiva, a mulher deve estar sempre ajustada a esses padrões, desde o seu físico que deve ser magro, depilado, pintado, embelezado, com maior apreço ao corpo branco, cabelos ajustados, lisos e loiros preferencialmente (a concepção de beleza se baseia na fisionomia da mulher europeia, demonstrando novamente uma imposição colonial), e também saber se portar com postura, discrição, delicadeza e um toque de sensualidade, para conquistar um homem que lhe garantirá um futuro melhor e uma família, com filhos que ela deverá amar, cuidar e estar disponível a eles até a morte. Desse modo, o corpo feminino deve ser lindo (na concepção estabelecida) e útil à instituição familiar.

Quando o corpo feminino desvia de todos esses padrões-regras familistas, heterocentrados, cristões e patriarcais de existência é visto com olhares aniquiladores, que na sociedade atual são mais velados, mas não deixam de afetar a aceitação dessas mulheres. Se uma mulher pratica um crime, além de ser insubordinada à norma de

estruturação social e cultural passa a ser também uma subversão à norma estatal incriminatória, recaindo sobre esse corpo o exercício do poder de punir (FOUCAULT, 2011).

A prática de docilização (FOUCAULT, 2011) de corpos “desajustados”, busca internalizar a norma estrutural social, culturalmente imposta e estabelecida, a fim de, a partir de práticas disciplinares, colocá-los dentro do padrão que é considerado perfeito e indispensável para o bom convívio social. Se um corpo feminino destoa dessa norma social já é inferiorizado, e ainda mais o é ao realizar uma prática criminosa.

Ao estar aprisionado, é provável que esse corpo busque vazar suas epistemes, ainda que inconscientemente, por meio de práticas de desobediência geo-ontoepestêmica, construindo novos espaços e saberes a partir de experiências repressivas, invisibilizadoras, discriminatórias e marginalizantes. Na escrita da narrativa apresentada no início deste tópico, é possível perceber o vazar de dores e revoltas pelas brechas que Gláucia encontra na escrita.

Escrever aprisionada dentro de uma cela, sentada ao chão e pensando sobre todo o aparato julgador que a levou para aquele espaço, sem proferir palavras ofensivas, demonstra que Gláucia é uma mulher que assimila as artimanhas do silêncio e das escolhas das palavras. Tem consciência que o que escreve será lido pela direção da Unidade Prisional, e sabe que qualquer deslize pode gerar possíveis punições.

O dizer-grito que emana silenciosamente e ao mesmo tempo explicitamente da escrita de Gláucia é um clamor por justiça, um clamor por ser ouvida, um clamor por ter suas inquietações consideradas no realizar de sua defesa, um clamor pelo considerar de sua situação de saúde psíquica. O dizer-grito de Gláucia é inquietante e representa a realidade de diversos corpos pobres e negros que são levadas para o cárcere.

Gláucia, não tem sobrenome, é um nome inventado ficticiamente para agregar sua voz-narrativa à pesquisa. Gláucia em seu nome original, também não tem “sobrenome” de peso, pois a sua existência é praticamente desconsiderada, é, até mesmo para o seu defensor, mais um corpo que é deixado na prisão. Gláucia não é filha de ninguém com nome que possa mudar sua situação diante do aparato julgador. Gláucia é “apenas” um corpo negro, esguio, silente que prefere escrever do que falar, mas tem a escrita proibida também.

Considerações Finais

A escravização que ocorreu por três séculos e meio no Brasil, garantiu a construção da linguagem capitalista, transformando pessoas em mercadorias, constituindo também uma base para uma relação hierarquizada da população a partir de raças. O colonialismo ensinou que um país digno de se viver com liberdades e igualdades pode e deve conviver com violências, havendo, assim, a partir de então, a reprodução de graus de desigualdades. É preciso evitar e buscar combater a ilusão de que atualmente todos são iguais, livres, possuem as mesmas oportunidades e estão expostos à morte do mesmo modo. Há um histórico que hierarquiza a morte, um histórico de escravização, que coloca o povo negro como aquele que está, naturalmente, fadado à inexistência.

Considerando as narrativas que abrilhantam este artigo, fica evidente que se o corpo-voz que narra destoa do que é comumente aceito para ocupar um lugar (lugar de fala, lugar de escrita, lugar de posicionamento), tem seus dizeres ignorados e/ou desacreditados e silenciados. O corpo-voz branco personifica o poder e tem credibilidade, já o corpo-voz negro é exótico, mentiroso e folclórico.

As narrativas evidenciadas neste artigo, trazem à tona corpos-vozes-espacialidade femininos aprisionados, que têm como imposição ainda mais veemente o silêncio, silêncio esse que carrega “uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes” (KILOMBA, 2019, p. 27). Mas apesar de todo o silêncio imposto, vazam suas inquietações pelos olhares e pelas frestas dos dizeres e escrita.

As inquietações aqui elucidadas atentam-se às práticas eurocêntricas que situam esses seres, saberes e viveres no *status* de inexistência, gerando o geo-ontopistemicídio. E por fim, percebe e evidencia como elas resistem à essa imposição de poder/silenciamento/aniquilamento/inexistência. As narrativas evidenciadas ressaltam o ser, o viver e o saber de cada uma, bem como o ambiente em que elas se encontram, com respeito à história de vida de todas, destacando o dizer-grito que emanam por meio de rasuras que elas mesmo criaram.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. Trad. Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BALOSA, David M. Existential Sociolinguistics. The Fundamentals of the Political Legitimacy of Linguistics Minority Rights. *The Languaging of Higher Education in the Global South*. 1.ed.Routledge, 2022.

BRASIL. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

BOITEUX, Luciana; MAGNO, Patricia Carlos; BENEVIDES, Laize (Org.). *Gênero, feminismos e sistemas de Justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marco Antônio. (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007, pp. 16-21.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GLÁUCIA. *Justiça*. 2022

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, N. 1, Batalha de Ideias. 1988, pp. 12-20. Disponível em: <www.circulopalmarino.org.br>. Acesso em setembro de 2023

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Ivaldo. A condição geopolítica dos corpos sensíveis. *Paisagens Híbridas*. Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 25 mar. 2020. Disponível em: <<https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2020/04/01/a-condicao-geopolitica-dos-corpos-sensiveis/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

LUGONES, María. Rumor a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014, p. 935-952.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

WALSH, C. *Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de elin-*

surgir, re-existir y re-vivir. 2009. Disponível em:

<<http://www.maxwell.vrac.pucrio.br/13582/13582>>. Acessado em: jan. 2023.